

10, 11 e 12 de novembro de 2025

**POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP**  
PORTO - PORTUGAL

---

**INTERSEÇÃO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E SEXUALIDADE  
NO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA: REFLEXÕES A PARTIR DA DISCIPLINA  
BIBLIOTECONOMIA, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE**

---

**Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**  
<http://orcid.org/0000-0003-0888-9468>, Brasil, [mlmiranda@unirio.br](mailto:mlmiranda@unirio.br)

**Nathália Lima Romeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**  
<https://orcid.org/0000-0002-6274-4836>, Brasil, [romeironathalia@unirio.br](mailto:romeironathalia@unirio.br)

**Daviane da Silva Ribeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro** <https://orcid.org/0009-0004-0646-5025>, Brasil, [davianesribeiro@gmail.com](mailto:davianesribeiro@gmail.com)

**Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)**

## 1 Introdução

A interseção das questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade no ensino de Biblioteconomia é um tema de crescente relevância, especialmente na disciplina "Biblioteconomia, Educação e Diversidade". Este campo de estudo busca não apenas formar profissionais capacitados na gestão de informações, mas também sensibilizá-los para as complexas dinâmicas sociais que permeiam as bibliotecas e os espaços de informação.

As desigualdades históricas e estruturais que afetam grupos marginalizados exigem uma abordagem crítica que integre as perspectivas étnico-raciais e de gênero, além das questões de sexualidade, promovendo uma educação inclusiva e reflexiva. Essa interseção é fundamental para a formação de bibliotecários que compreendam a importância da diversidade e do respeito às identidades, contribuindo para a construção de ambientes mais justos e acessíveis nas bibliotecas e na sociedade como um todo.

Com base nisso, o artigo tem como objetivo apresentar a experiência no magistério da disciplina Biblioteconomia,

Educação e Diversidade ofertada como disciplina optativa para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Biblioteconomia e como disciplina eletiva para os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Engenharia de Produção e Sistemas de Informação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), componente curricular que abarca as diretrizes atualizadas para a formação do ensino superior.

Essas práticas incluem o desenvolvimento de projetos que integrem conteúdos e metodologias inclusivas, estimulando a participação ativa de todos os estudantes e reconhecendo suas singularidades como fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, considera-se a formação continuada de professores um aspecto central, uma vez que educadores bem preparados são essenciais para implementar estratégias que promovam um ambiente educacional equitativo e respeitoso. O fortalecimento desses estudos na educação não apenas enriquece a experiência de aprendizagem de estudantes, mas também contribui para o desenvolvimento de

competências socioemocionais e cidadãs, preparando-os para atuar de maneira crítica e responsável em uma sociedade plural. Dessa forma, a disciplina "Biblioteconomia, Educação e Diversidade" se torna um espaço de reflexão e ação, capacitando futuros bibliotecários, professores, pedagogos, engenheiros e informaticos a serem agentes de transformação social através da educação inclusiva.

## **2 Biblioteconomia, Educação e Diversidade: Fundamentos Teóricos e Práticos para a Inclusão**

---

A disciplina "Biblioteconomia, Educação e Diversidade" propõe uma análise integrada dos pressupostos teóricos e das práticas pedagógicas voltadas à inclusão e ao respeito à diversidade no contexto educacional. Este campo de estudo fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seus adendos (Brasil, 1996, 2012), além de outros instrumentos normativos que atualizam o ensino de Biblioteconomia.

A fim de contemplar a ementa da disciplina, selecionou-se referências que favoreceriam a correlação entre o campo da Educação e a Biblioteconomia, abrangendo aspectos pertinentes às quatro unidades programáticas desenvolvidas no decorrer do curso, como o desenvolvimento dos Estudos Culturais, do meio social, direitos humanos, diversidade e inclusão, culminando na justiça social por meio da justiça informacional.

A reflexão que fundamenta esta disciplina está profundamente enraizada nos Estudos Culturais, conforme delineado na obra de Baptista (2009), que apresenta esses estudos como uma lente teórica fértil para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. Nesse contexto, os Estudos Culturais emergem como um campo de discussão interdisciplinar que tem como objeto a produção, significação e disseminação da cultura nas sociedades. Essa abordagem considera as interações entre cultura, poder e identidade, entre outras características que (des)organizam a realidade

social, com o intuito de descrever as práticas culturais e compreender como elas são moldadas por e, simultaneamente, moldam outras estruturas.

Através dessa perspectiva, os Estudos Culturais enfatizam a importância de examinar a cultura como um espaço de disputa e negociação, onde significados são constantemente contestados e reconfigurados. Isso permite a investigação das relações de poder que permeiam as práticas culturais, revelando como estereótipos, ideologias e narrativas dominantes influenciam a construção da identidade e a percepção social. Além disso, os Estudos Culturais se fundamentam em diversas metodologias e teorias provenientes de disciplinas como sociologia, antropologia, comunicação e estudos de gênero, ampliando sua capacidade de abordar questões multifacetadas.

Adicionalmente, a obra de Stuart Hall (2006) é utilizada para aprofundar as discussões sobre identidade e relações étnico-raciais, proporcionando uma base teórica fundamental para a análise das dinâmicas identitárias em contextos contemporâneos. Hall enfatiza que a identidade é um fenômeno em constante construção, influenciado por fatores históricos, sociais e culturais, o que se revela essencial para a compreensão das complexidades das relações étnico-raciais.

Complementarmente, Cida Bento (2022), em seu estudo sobre o pacto narcísico da branquitude, oferece uma reflexão crítica acerca da racialização das pessoas brancas. A autora argumenta que, por um longo período, o grupo racial branco não se viu como racializado, estabelecendo sua pertença étnico-racial como norma e, consequentemente, como o corpo padrão. Essa perspectiva é particularmente pertinente, pois Bento questiona os privilégios associados à branquitude e as implicações que essas dinâmicas têm no contexto social. Ao explorar os mecanismos pelos quais a branquitude é sustentada e defendida, a autora ilumina as maneiras em que as estruturas de poder operam para perpetuar

hierarquias raciais. Assim, a partir da racialização das pessoas brancas, é possível vislumbrar a construção de dinâmicas mais equânimes nas relações étnico-raciais.

Além disso, ao integrar essas discussões ao campo biblioteconômico e informacional, nossa pesquisa também se debruça sobre a obra "Biblioteconomia Negra: das epistemologias negro-africanas à Teoria Crítica Racial" de Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva (2023). A abordagem proposta por Garcês-da-Silva é notável por promover um entendimento mais representativo na Biblioteconomia, rompendo com silêncios e apagamentos em relação a evidência desses estudos e desses pesquisadores no campo.

A disciplina ainda explora as interseções entre gênero, sexualidade e questões étnico-raciais, conforme elucidado por Crenshaw (2002) na sua concepção de interseccionalidade, na qual é permitida a análise sobre a realidade social por meio de mais de um eixo de subordinação. Obras de Bell Hooks, como "Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade" (2020a) e "Ensinando o pensamento crítico: teoria e prática" (2020b), também foram incorporadas na disciplina para discutir as implicações dessas questões na formação educativa. Além disso, Audre Lorde (2020) é citada para refletir sobre as interseções entre raça, gênero e sexualidade, enquanto a coletânea "Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação", organizada por Romeiro, Martins e Santos (2019), complementam oferecendo uma perspectiva interseccional que converge estudos de gênero e sexualidade interseccionados a outras vias analíticas como pertença étnico-racial e localização geográfica, por exemplo. A seguir será apresentado o referencial sobre estudos culturais, uma vez que este é por nós percebido como o principal fio condutor da disciplina.

## **2.1 Os Estudos Culturais**

---

Os Estudos Culturais emergiram na década de 1970 na Inglaterra, marcando o que pode

ser denominado como a "virada cultural" nas Ciências Sociais e Humanas. Este movimento não apenas catalisou a reconfiguração das fronteiras entre disciplinas tradicionais, como História, Sociologia e Literatura, mas também atuou como um agente ativo na transformação da estrutura disciplinar das Humanidades e das Ciências Sociais, um processo que continua a se desenvolver na contemporaneidade.

As temáticas abordadas pelos Estudos Culturais são amplas e diversificadas, refletindo a complexidade dos novos grupos sociais de produtores, criadores e divulgadores culturais. Nesse contexto, são discutidos os chamados consumos culturais, que englobam hábitos de leitura, frequências a teatros, cinemas, concertos, museus, bibliotecas e exposições de arte, além do acesso à Internet. Essas práticas culturais são analisadas sob diversas perspectivas, abrangendo estilos de vida, preferências culturais e o papel dos públicos em relação à cultura em geral, incluindo subculturas urbanas e suburbanas.

Além disso, os Estudos Culturais investigam a recepção dos meios de comunicação e os usos de dispositivos tecnológicos em uma variedade de indústrias culturais, como moda, turismo, publicidade, cinema, televisão, rádio, imprensa escrita e novas mídias. Esses estudos também se dedicam a explorar aspectos relativos a gênero, sexualidade e identidade étnico-racial, interagindo de forma produtiva com os estudos pós-coloniais. Assim, os Estudos Culturais se configuram como um campo em constante evolução, proporcionando aos pesquisadores ferramentas para analisar as práticas culturais que persistem nas representações sociais.

A diversidade das pesquisas nesta área é evidenciada pela variedade de vertentes, linhas de pensamento e escolas de pensamento. Dentre as mais significativas, destacam-se a Escola de Pensamento Anglo-Saxônica, a Escola de Pensamento Francesa e a Escola de Pensamento Latino-Americana. Essas tradições teóricas oferecem um rico

arcabouço para a investigação de temas como Estudos Afrodescendentes, Etnia, Etnicidade, Estudos Étnicos, Estudos Etnográficos, Movimento LGBTQIAPN+, Feminismo, Religião, Estudos Comunicacionais, Estudos Antropológicos, Práticas de Consumo e Novos Dispositivos Tecnológicos. Essa multiplicidade de abordagens evidencia a riqueza e a complexidade dos Estudos Culturais, reafirmando sua relevância na crítica das dinâmicas sociais contemporâneas.

Os Estudos Culturais se desenvolveram nas décadas de 1960 e 1970, tendo como um de seus principais centros a Escola de Birmingham. Este movimento teve como precursores figuras influentes que moldaram o campo de maneira significativa. Entre eles, destaca-se Richard Hoggart, reconhecido como o fundador do domínio de conhecimento denominado Estudos Culturais. Em 1957, Hoggart publicou a obra "The Uses of Literacy: Aspects of Working-Class Life with Special References to Publications and Entertainments", que se tornou um marco inicial para a reflexão crítica sobre a cultura da classe trabalhadora.

Raymond Williams também desempenhou um papel crucial na constituição dos Estudos Culturais, tendo publicado três obras principais. Em "Culture and Society", lançada em 1958, Williams propôs a ideia de que as noções culturais, assim como suas formas e práticas, solidificam visões e atitudes que exprimem regimes e estruturas de percepção e sensibilidade.

Além disso, Edward Thompson e Stuart Hall oferecem uma dimensão cosmopolita aos Estudos Culturais, apresentando experiências de diversidade cultural que são igualmente características dos historiadores e sociólogos como Benedict Anderson e Perry Anderson. Erving Goffman, sociólogo canadense associado à Escola de Chicago, contribuiu significativamente ao campo por meio de uma abordagem interacionista e antropológica, focando suas pesquisas nas interações sociais do cotidiano e no desenvolvimento das subculturas. Suas obras, como "The Presentation of Self in Everyday Life" (1956) e

"Gender Advertisements" (1979), são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais.

Howard Becker, também sociólogo da Universidade de Washington e alinhado à Escola de Chicago, realizou importantes estudos, incluindo "Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance" (1973) e "Art Worlds" (1982), que exploram as interações sociais e as construções culturais. Por fim, Clifford Geertz, antropólogo de Princeton, publicou em 1973 "The Interpretation of Cultures", onde discute como as classes populares emergem como sujeitos de resistência, mobilizando recursos que se opõem à dominação e não aceitando passivamente sua posição na ordem do consumo.

A Escola de Pensamento Francesa é representada por figuras proeminentes que contribuíram significativamente para o desenvolvimento dos Estudos Culturais. Entre esses representantes, destaca-se Roland Barthes, cuja obra é acompanhada pelas contribuições do teórico do cinema Christian Metz e da filósofa Júlia Kristeva. Juntos, eles iniciaram "l'aventure sémiologique" em torno da revista Communications, fundada em 1962 e que contou com a participação de Edgar Morin. Este projeto editorial foi fundamental para a discussão das implicações semióticas e culturais, estabelecendo um diálogo crítico sobre as práticas comunicativas e suas consequências sociais.

Outro importante representante da Escola de Pensamento Francesa é Pierre Bourdieu, que, em 1975, fundou Les Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Neste trabalho, Bourdieu segue a trajetória já iniciada pelos Estudos Culturais, enfatizando as implicações políticas da cultura. Suas análises sobre o campo cultural e as relações de poder oferecem uma perspectiva crítica que enriquece a compreensão das dinâmicas sociais e culturais, consolidando a relevância da Escola de Pensamento Francesa dentro do campo mais amplo dos Estudos Culturais.

Na Escola de Pensamento Latino-Americana, destacam-se diversos teóricos que

contribuíram de maneira significativa para a compreensão das dinâmicas culturais e sociais da região. Paulo Freire, renomado educador brasileiro, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1970), valoriza os elementos de resistência historicamente constituídos nas culturas populares, ressaltando a importância da conscientização e da educação como ferramentas de transformação social.

Jesús Martín-Barbero, hispano-colombiano, é outro importante representante, conhecido pelo estudo *De los Media a las Mediaciones* (1987) e, em coautoria com Germán Rey, pelo trabalho *Los Ejercicios del Ver.* Essas obras exploram as interações entre os meios de comunicação e as práticas culturais, destacando o papel das mediações na construção de significados.

Michelle Mattelart e Mabel Piccini também contribuíram de forma relevante com suas publicações *Hegemonía Audiovisual y Ficción Televisiva* (1999) e *La Televisión y los Sectores Populares* (1974), onde realizam os primeiros estudos etnográficos sobre as séries americanas e as telenovelas nos meios populares de Santiago do Chile, proporcionando uma análise das representações midiáticas. Outro destaque é a colaboração de Ariel Dorfman e Armand Mattelart, cujas obras analisam a interseção entre cultura e política na América Latina. Guillermo Orozco, mexicano, e Maria Immaculata Lopes, brasileira, desenvolveram um trabalho sobre a recepção de produtos midiáticos, com foco especial nas telenovelas e suas implicações sociais.

Nestor García Canclini, argentino radicado no México, é conhecido por suas investigações sobre hibridação cultural, desterritorialização e as chamadas “comunidades de consumidores”, trazendo à tona a complexidade das identidades culturais contemporâneas. Renato Ortiz, por sua vez, formulou os conceitos de “tradição moderna” e de mundialização do “internacional popular”, que ajudam a compreender os processos de globalização cultural na América Latina.

Por fim, Muniz Sodré, também brasileiro, contribuiu significativamente com obras como “*Ficção do Tempo: Análise da Narrativa de Ficção Científica*” (1973), “*A Comunicação do Grotesco: Introdução à Cultura de Massa no Brasil*” (1983), que analisa programas de TV que exploram escândalos e aberrações, e “*Claros e Escuros: Identidade, Povo e Mídia no Brasil*” (1999), onde estabelece relações entre o jogo identitário e a questão nacional. Esses autores, juntos, formam um arcabouço teórico que enriquece a investigação cultural e social no contexto latino-americano.

Atualmente, uma gama diversificada de estudos se fundamenta em três abordagens principais: Primeiramente, as **Teorias Críticas** emergem como uma resposta aos questionamentos sobre as relações de poder, dominação e ideologia, evidenciando as desigualdades e injustiças geradas pela predominância das teorias tradicionais no sistema de ensino. Essas teorias tradicionais, ao não problematizarem o conhecimento em si, apenas valorizam os mecanismos que perpetuam a reprodução desse conhecimento, sem considerar suas implicações sociais e culturais.

Em segundo lugar, os Estudos Decoloniais abordam as tensões entre o particular e o universal, investigando os efeitos persistentes do colonialismo na sociedade contemporânea. Esta abordagem visa desconstruir a lógica eurocêntrica, promovendo a diversidade epistêmica e a visibilidade de grupos anteriormente subalternizados. Ao questionar a hegemonia do conhecimento ocidental, os Estudos Decoloniais buscam abrir espaço para vozes e saberes marginalizados.

Por fim, as **Inovações Disruptivas** representam rupturas com paradigmas estabelecidos, desafiando as normas habituais e exigindo inovação e adaptação constantes para permanecerem relevantes. Essas alternativas disruptivas são capazes de produzir efeitos significativos na sociedade, transformando dinâmicas sociais e culturais de maneiras inesperadas.

## **2.2 Biblioteconomia e Sociedade: pensamentos e ações para promoção da Justiça Social**

A Biblioteconomia, como campo do saber, se configura como uma ciência social aplicada, cuja principal abrangência é o estudo da informação registrada em diversas formas, incluindo livros e documentos de variadas naturezas. O seu objeto de análise não se restringe apenas aos acervos bibliográficos, mas também se estende aos usuários, à organização e representação do conhecimento registrado, e à mediação desse conhecimento em prol da sociedade. Entendemos que a função mediadora é base para o desenvolvimento humano e social, uma vez que a informação é um recurso fundamental para a formação de indivíduos críticos e conscientes.

Mas, afinal, o que entendemos por sociedade? O sociólogo Émile Durkheim (1974) define a sociedade como uma entidade que transcende o indivíduo, existindo de forma independente deste. Para Durkheim, o indivíduo é um mero receptor das regras e modos de vida impostos pela sociedade à qual pertence, que ele denomina de fatos sociais. Essa perspectiva ressalta a importância das estruturas sociais na formação do comportamento e dos costumes individuais.

A sociedade, portanto, é um conceito que traduz um grupo de pessoas que compartilham uma cultura comum e um território definido, embora a noção de sociedade seja mais ampla do que a de comunidade, esta última se referindo a um grupo limitado de indivíduos que coexistem e se relacionam em um espaço específico. Nesse sentido, podemos delinear algumas características essenciais da sociedade:

- 1. Teia de relações sociais:** A sociedade é composta por uma intrincada rede de interações, que inclui relações diretas e indiretas, organizadas e desorganizadas, conscientes e inconscientes.

- 2. Universalidade:** A sociedade não está restrita a uma área geográfica específica; ela é um fenômeno universal e generalizado.
- 3. Abstração:** A sociedade, enquanto conceito, é ampla e abstrata, configurando-se como uma rede de relações sociais que não pode ser diretamente tocada ou quantificada.
- 4. Interesses comuns:** Os interesses compartilhados entre diversas comunidades se manifestam dentro do tecido social mais amplo.

Ao refletirmos sobre as características da sociedade contemporânea, observamos uma série de desafios que afetam significativamente o bem-estar coletivo, tais como, a exclusão social, que pode ser exemplificada na falta de oportunidades de emprego para os jovens e a inadequação de suas qualificações para o mercado de trabalho, perpetuando ciclos de exclusão. O abandono infantil, dado que, o aumento do número de menores abandonados evidencia a incapacidade de muitas famílias e do Estado de prover os cuidados necessários. A decadência educacional refletida na deterioração da qualidade do ensino público, que compromete a capacitação das crianças e adolescentes, limitando suas perspectivas futuras.

A violência, evidenciada pelo aumento da criminalidade entre os jovens, ilustra uma crise de segurança que afeta a coesão social. Essa violência também se reflete na formação de grupos como as milícias, cuja atuação nas comunidades e em algumas cidades brasileiras revela uma dinâmica de controle social que desafia a legalidade e a ordem pública. Outro aspecto preocupante é o aumento das taxas de gravidez na adolescência, que afeta meninas jovens, muitas das quais carecem de desenvolvimento físico, mental e psicológico, evidenciando a falta de suporte familiar.

Além disso, a crise econômica, marcada por uma inflação desenfreada, adiciona uma camada de complexidade às dificuldades enfrentadas pelas famílias, exacerbando a

insegurança financeira. A intolerância e a falta de reconhecimento da pluralidade cultural e social também se configuram como barreiras para uma convivência harmoniosa, revelando um desrespeito à diversidade.

A ausência de políticas públicas efetivas para enfrentar esses desafios sociais acentua a vulnerabilidade de muitos grupos, enquanto a falta de iniciativas para preservar a memória histórica da nação compromete a identidade cultural e social. Por fim, o fenômeno das *fake news* e da desinformação representa um desafio significativo à formação de uma opinião pública informada e crítica, comprometendo o diálogo e a unidade social.

Dessa forma, a análise da Biblioteconomia em interação com as dinâmicas sociais contemporâneas revela a urgência de uma reflexão abrangente sobre o papel da informação e da mediação do conhecimento na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É imperativo que os profissionais da área se engajem ativamente na discussão dessas problemáticas, contribuindo para a construção de soluções que promovam o desenvolvimento humano e social em um contexto de crescente complexidade e interdependência, o que torna ainda mais necessário o desenvolvimento da disciplina “Biblioteconomia, Educação e Diversidade” na formação de futuros profissionais de Biblioteconomia, tanto da licenciatura, quanto do bacharelado.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4 (ODS 4), integrante da Agenda 2030 articulada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), privilegia a “Educação de Qualidade”, visando assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A meta 4.7 deste objetivo, propõe que:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e

estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015, p. 23).

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que a educação abrange processos formativos que se desenvolvem em diversas esferas da vida, incluindo o ambiente familiar, as interações sociais, o espaço de trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, bem como os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil. Essa abrangência destaca a complexidade e a multifuncionalidade da educação, que não se limita ao ensino formal, mas envolve também a construção de saberes e valores em contextos diversos.

É igualmente importante ressaltar que a educação é um dever compartilhado entre a família e o Estado, fundamentada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Sua finalidade é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício consciente da cidadania e qualificando-o para o mercado de trabalho. Esse enfoque integral da educação é essencial para formar indivíduos críticos e engajados na sociedade.

Dentro desse panorama, um dos indicadores mais destacados do ODS 4, avalia em que medida a educação para a cidadania global e a educação para o desenvolvimento sustentável — que inclui a igualdade de gênero e os direitos humanos — são integradas em todos os níveis das políticas nacionais de educação, nos currículos escolares, na formação de professores e na avaliação dos alunos.

Assim, é imperativo que a educação superior, o ensino médio, o ensino fundamental e a educação infantil se empenhem na elaboração de projetos pedagógicos que enfatizem as bases da educação libertária e progressista. Esses projetos devem permitir que os educandos se

tornem protagonistas de seus próprios itinerários formativos e informativos, especialmente no que se refere à educação formal em suas diversas etapas.

Nesse mesmo contexto, as bibliotecas devem atuar como agentes do desenvolvimento sustentável, proporcionando espaços acessíveis ao público para a troca de informações, a partilha cultural e a promoção da participação cívica. A missão das bibliotecas públicas deve considerar a inclusão, o acesso e a participação cultural de grupos marginalizados, povos indígenas e pessoas com deficiência. Essa função reflete o papel das bibliotecas como facilitadoras do acesso, da produção, da criação e da partilha de conhecimento, abrangendo também o acesso remoto e digital a informações e materiais, além do desenvolvimento de competências e da conectividade necessárias para combater a exclusão digital. Tais ações promoveriam gradualmente, com a oferta de recursos e condições necessárias ao desenvolvimento pleno dos sujeitos, a garantia de equidade e a redução de desigualdades, refletindo na justiça social.

A noção contemporânea de justiça social, fundamentada em princípios morais e políticos, e ancorada nas ideias de igualdade e solidariedade, começou a se desenvolver no século XIX. Nesse período, a justiça social passou a ser associada à busca por uma sociedade mais igualitária, em resposta às profundas desigualdades sociais presentes na Europa, que ainda se organizava em torno de conceitos de diferenciação e subordinação (Connel, 2016).

O modelo de desenvolvimento europeu da época, que se baseava na industrialização, gerou, desde seu início, disparidades significativas entre as classes sociais. Nesse contexto, o conceito de justiça social emerge como uma resposta às desigualdades sociais, vinculado a ações e políticas destinadas à resolução desses problemas. A justiça social implica um compromisso tanto do Estado quanto de instituições não governamentais em buscar mecanismos efetivos para

compensar as desigualdades geradas pelo mercado e pelas disparidades sociais.

Como uma estratégia de operacionalização para a promoção da justiça social, os Direitos Humanos constituem um conjunto de direitos reconhecidos internacionalmente, incluindo direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Esses direitos podem ser classificados como individuais, coletivos, transindividuais ou difusos e estão intrinsecamente relacionados à necessidade de garantir a igualdade e a defesa da dignidade humana.

Os Direitos Humanos atuam como uma linguagem internacional que estabelece uma conexão com os Estados democráticos de direito. A política de direitos humanos visa assegurar a implementação dos seguintes objetivos: a) A promoção e a universalização dos direitos humanos consagrados; b) A articulação e a defesa dos princípios fundamentais da contemporaneidade, como solidariedade, singularidade, coletividade, igualdade e liberdade.

A diversidade pode ser entendida como a soma das maneiras pelas quais as pessoas são iguais e diferentes. Ao reconhecer, valorizar e abraçar a diversidade, estamos, na verdade, reconhecendo e celebrando a singularidade de cada indivíduo. Essa valorização é crucial para a construção de ambientes mais inclusivos.

Complementarmente, a inclusão se refere a um ambiente em que todos os indivíduos são tratados de forma justa e respeitosa. Nesse contexto, cada pessoa é valorizada por suas habilidades, experiências e perspectivas distintas, tendo igual acesso a recursos e oportunidades. A inclusão permite que todos contribuam plenamente para o sucesso da organização, promovendo uma cultura colaborativa e enriquecedora.

No que diz respeito à equidade, este conceito considera as diferenças entre os indivíduos como um fator essencial para garantir um processo justo e, em última análise, um resultado equitativo. A equidade

reconhece que certos grupos historicamente enfrentaram desvantagens no acesso a oportunidades educacionais e de emprego, resultando em sua sub-representação ou marginalização em diversas organizações e instituições. Assim, promover a equidade implica não apenas aumentar a diversidade, mas também melhorar as condições dos grupos desfavorecidos, assegurando que todos tenham a oportunidade de prosperar.

Construindo a partir dos conceitos de diversidade, inclusão e equidade, podemos aprofundar a noção de justiça informacional. Esses conceitos, quando plenamente adotados, ampliam o potencial para um ecossistema informacional mais justo e equitativo. No entanto, sua ausência pode exacerbar as desigualdades existentes. Para compreender essa dinâmica, é essencial examinar o conceito de injustiça epistêmica, conforme teorizado por Miranda Fricker (2018).

A associação entre injustiça epistêmica e justiça informacional é fundamental para a compreensão das dinâmicas de poder que permeiam o acesso e a produção do conhecimento. Conforme argumentam Romeiro e Silveira (2024), a justiça informacional, quando articulada com a promoção da diversidade, inclusão e equidade, pode promover um ecossistema informacional mais justo. No entanto, a ausência desses princípios pode acentuar as desigualdades já existentes.

Nessa empreitada, Miranda Fricker (2018) introduz o conceito de injustiça epistêmica para descrever os danos que indivíduos sofrem em sua realidade. Essa injustiça se manifesta quando preconceitos ou desigualdades estruturais prejudicam a capacidade de um indivíduo de contribuir para a produção de conhecimento ou de ter suas experiências e saberes reconhecidos. Fricker classifica essa injustiça em duas formas principais: a injustiça testemunhal, que ocorre quando a credibilidade de um falante é desconsiderada devido a sua identidade social, e a injustiça hermenêutica, que se refere à falta de recursos interpretativos que

impede indivíduos de compreender e articular suas experiências sociais.

Essas manifestações de injustiça epistêmica podem silenciar vozes marginalizadas, distorcer suas contribuições e criar um ambiente onde a credibilidade é concedida de maneira desigual. Contudo, Kay Mathiesen (2015) complementa essa discussão ao afirmar que a justiça informacional deve ser entendida dentro de uma orientação de justiça social, abrangendo tanto a perspectiva institucional quanto considerações éticas de cuidado e solidariedade. Nessa acepção, a justiça informacional preocupa-se com a distribuição equitativa de recursos, a participação social nos processos decisórios e o reconhecimento de diferentes sujeitos.

O acesso à informação é visto como uma relação entre fontes ou serviços informacionais e indivíduos ou grupos, sendo considerado acessível quando é disponível, localizável, comprehensível e utilizável. Portanto, uma distribuição justa da informação deve assegurar que pessoas de diferentes realidades sociais tenham acesso a informações que promovam seu desenvolvimento contínuo. Mathiesen (2015) ressalta que a injustiça informacional não apenas perpetua outras formas de injustiça social, mas que a promoção da justiça informacional pode enfraquecer sistemas de opressão.

Nesse contexto, Silva et al. (2022) desenvolveram um conjunto de oito princípios orientadores para a prática da justiça informacional, os quais ressaltam a importância do empoderamento de comunidades vulneráveis. Esses princípios enfatizam que a justiça informacional deve ser empregada como uma ferramenta no combate a diversas injustiças sociais, bem como na capacitação de grupos marginalizados. Essa abordagem não apenas sublinha o compromisso da justiça informacional na luta contra a opressão, mas também destaca a necessidade de emancipação e empoderamento de comunidades historicamente desprivilegiadas.

A implementação desses princípios é fundamental para promover uma mudança estrutural que possibilite a inclusão e a equidade no acesso à informação. Reiteramos que toda a argumentação evocada nessa seção, corresponde a bibliografia básica e complementar trabalhadas na disciplina "Biblioteconomia, Educação e Diversidade".

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

### **3 Procedimentos Metodológicos**

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e descritiva, com a finalidade de relatar a experiência didática desenvolvida na disciplina em questão. O planejamento didático foi estruturado em quatro eixos programáticos: o primeiro, intitulado "A Educação e a Biblioteconomia Libertadoras", investiga a relação entre práticas educativas e a promoção da liberdade e autonomia; o segundo eixo, "Educação, Biblioteconomia, Direitos Humanos e Justiça Social", analisa a relevância da educação inclusiva para o fortalecimento dos direitos humanos; o terceiro, "Diversidade e Inclusão", examina aspectos legais, sociais, políticos, educacionais e informacionais que permeiam a diversidade na educação; por último, o quarto eixo, "Estratégias para a Promoção da Diversidade e Inclusão", propõe táticas e metodologias voltadas à implementação de práticas inclusivas em instituições educacionais e unidades de informação. Em relação às metodologias de ensino aplicadas, foram utilizadas aulas teóricas dialogadas, acompanhadas de discussões de textos, laboratórios de vivências, elaboração de projetos e apresentações de seminários.

### **4 Resultados Parciais ou Finais**

Evocamos como resultado das nossas discussões em sala de aula a experiência da avaliação final da disciplina, que consistia na exigência de apresentação de um artigo que refletisse sobre estratégias para a promoção

da diversidade e da inclusão em instituições educacionais e unidades de informação na sociedade contemporânea, desde que envolvesse uma das seguintes temáticas: vocabulário discriminatório, pessoas não alfabetizadas, neurodivergentes e neuroatípicas, com transtornos mentais, deficiências físicas, surdos, cegos, população carcerária, quilombolas, negros, indígenas, ciganos, população LGBTQIAPN+, moradores de comunidades, pessoas em situação de rua, refugiados, crianças e adolescentes.

O desenvolvimento da atividade propiciou ponderações e análises relacionadas as reproduções e transformações que engendraram a sociedade atual e seu impacto nas relações sociais, influindo diretamente na mobilidade dos sujeitos. Possibilitou-se assim, uma articulação entre processos formativos e normativos, para repensar a atuação da Educação e da Biblioteconomia visando uma alteração equitativa da realidade.

Os discentes participantes da disciplina elaboraram trabalhos sobre os temas propostos, embasados pelas referências bibliográficas oferecidas na ementa, conforme descrito no quadro abaixo:

**Quadro 1: Temáticas presentes na avaliação final da disciplina**

Discentes	Temática do artigo
A	Mães solo e a retomada dos estudos.
B	Racismo ambiental, ecossocialismo e refugiados climáticos.
C	O papel da Biblioteconomia na implementação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.
D	Otimização do ensino para crianças com Transtorno do Espectro Autista.
E	Crianças negras no espaço escolar.
F	A vulnerabilidade da comunidade surda.
G	Imigrantes latino-americanos no Brasil.
H	O uso de vocabulário controlado como aliado contra a lesbofobia.

**Fonte: Elaboração própria (2025).**

Os artigos e suas respectivas apresentações em sala de aula, emergiram

ponderações em busca de resoluções teórico-metodológicas de cunho crítico-social pautadas pela Biblioteconomia e Pedagogia Crítica e Progressista.

O discente A apresentou dados sobre o aumento de lares chefiados por mulheres no Brasil e analisou o percurso educacional dessas mães, destacando a retomada dos estudos diante da sobrecarga de atividades domésticas, acadêmicas e outras responsabilidades relacionadas à maternidade. Essa realidade dificulta o aproveitamento escolar e o ingresso no ensino superior, impactando na mobilidade social desse grupo. O discente também discutiu a insuficiência da legislação atual em apoio a essas mulheres, enfatizando a necessidade urgente de homologação de leis que ofereçam assistência financeira para subsidiar os custos educacionais. Propôs, ainda, a inclusão de mães solo nas instituições de ensino por meio da oferta de monitorias, treinamentos e estratégias de rodízio no cuidado das crianças, com o intuito de formar uma rede de cuidadores entre elas, permitindo que possam construir novas realidades acadêmicas e profissionais.

O discente B direcionou sua atenção para a degradação ambiental provocada pelo capitalismo, que resulta em racismo ambiental e na naturalização da inferioridade socioeconômica de grupos vulneráveis, afetando também refugiados climáticos. Apresentou como proposta a união dos campos da Biblioteconomia e Educação para uma práxis descolonizadora que subsidie o ecossocialismo, levando em consideração as necessidades humanas e do planeta, em prol da justiça informacional e ambiental.

O discente C conduziu um debate sobre a vulnerabilidade da população negra, destacando a Lei nº 10.639 de 2003, que inclui a temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nos currículos do ensino fundamental e médio. Enfatizou a importância da oferta de disciplinas obrigatórias que integrem aspectos biblioteconômicos à cultura afro-brasileira, visando a implementação efetiva da referida lei nas áreas da Biblioteconomia e Educação.

O discente D abordou as dificuldades enfrentadas por pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) para acessar sistemas de educação inclusiva, devido a barreiras na comunicação e interação social, além da ausência de ambientes sensorialmente adaptados. Sugeriu a colaboração entre os campos da Biblioteconomia e Educação na disponibilização de recursos acessíveis e tecnologias assistivas, além de práticas pedagógicas inclusivas que utilizem ensino estruturado e comunicação alternativa, com vistas a uma educação humanizada e inclusiva.

O discente E compartilhou uma experiência profissional, relatando um incidente em que uma criança negra foi impedida de escolher uma personagem para atuar em uma peça teatral, como uma tentativa de evitar interpretações racistas. Refletiu sobre os preconceitos socialmente construídos e reproduzidos no ambiente escolar, abordando como o racismo impacta a autoestima, a identidade cultural e a mobilidade social de pessoas negras. Destacou a relevância da Biblioteconomia no desenvolvimento de coleções que promovam a representatividade negra, contribuindo para uma Pedagogia Crítica que rompa com estereótipos negativos.

O discente F discutiu as barreiras comunicacionais enfrentadas pela comunidade surda, que dificultam o acesso a serviços sociais básicos, incluindo culturais. Evidenciou a importância da Biblioteconomia na aquisição de acervos em Libras, na criação de catálogos inclusivos e na disseminação de informações que ajudem a romper estereótipos sobre pessoas surdas, contribuindo para uma consciência crítica e o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão.

O discente G abordou a problemática vivenciada por imigrantes latino-americanos que buscam melhores condições de vida no Brasil, destacando como a falta de documentação legal se torna um entrave ao acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e emprego, forçando-os a aceitar

trabalhos análogos à escravidão. Apresentou o potencial da Biblioteconomia como ferramenta de inclusão social, ao utilizar bibliotecas como centros de acolhimento, no fornecimento de informações sobre direitos trabalhistas, acesso a serviços públicos e regularização documental, além de oferecer cursos de alfabetização em Língua Portuguesa e promover a diversidade cultural.

Por fim, o discente H destacou a invisibilidade da população LGBTQIAPN+ em instituições educacionais e informacionais, ressaltando a importância da representação temática nas bibliotecas como ferramenta de inclusão. Abordou como a indexação e a escolha de termos em vocabulários controlados podem influenciar a visibilidade desse grupo vulnerável e enfatizou a necessidade de atualização profissional da classe bibliotecária para evitar o uso de termos homofóbicos e lesbofóbicos, promovendo uma disseminação informacional que favoreça uma visão positiva e respeitosa da população LGBTQIAPN+.

Observou-se que a maioria dos temas abordados estava intimamente ligada à realidade dos discentes, sejam por vivência própria ou por experiências de pessoas próximas. Os discentes tiveram a oportunidade de expor suas concepções e defender seus pontos de vista sobre as temáticas escolhidas, utilizando argumentos consistentes e propostas de intervenção que respeitam os direitos humanos, demonstrando consciência crítica e comprometimento social no enfrentamento das desigualdades.

Com a finalidade de evocar a mudança na formação, propomos uma série de estratégias, fundamentadas nas reflexões compartilhadas em sala de aula, que podem contribuir para a promoção da diversidade e da inclusão em instituições educacionais e unidades de informação na sociedade contemporânea. Quanto aos aspectos educacionais, considerase necessário, fortalecer o processo de construção da Educação em Direitos Humanos, considerando os seguintes pontos:

- a) Reconhecimento da relação indissociável entre Educação e Direitos Humanos;
- b) Série de dispositivos que visam a proteção e a promoção de direitos de crianças e adolescentes;
- c) Educação das relações étnico-raciais;
- d) Educação escolar quilombola;
- e) Educação escolar indígena;
- f) Educação ambiental;
- g) Educação do campo;
- h) Educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais;
- i) Temáticas de identidade de gênero e orientação sexual na educação;
- j) Inclusão educacional das pessoas com deficiência;
- k) Implementação dos direitos humanos de forma geral no sistema de ensino brasileiro.

A promoção da diversidade e da inclusão em instituições educacionais e unidades de informação requer um compromisso contínuo com a Educação em Direitos Humanos. As estratégias aqui apresentadas visam não apenas reconhecer e proteger os direitos de diversas populações, mas também integrar saberes e práticas que respeitem e valorizem as diferenças. Ao fortalecer a educação nas relações étnico-raciais, na educação quilombola e indígena, e ao abordar questões de gênero e deficiência, contribuímos para a construção de um ambiente educacional mais equânime.

## **5 Considerações Finais**

---

A experiência da disciplina evidenciou a pertinência da Interseccionalidade no campo da Biblioteconomia, ao incluir temáticas que se cruzam e interferem na realidade de diferentes grupos sociais.

À guisa de provocação, para um aprofundamento reflexivo, indagamos:

- A minha formação com base nas diretrizes curriculares nacionais fomenta a minha atuação nos mais variados nichos do mercado de trabalho considerando o respeito à diversidade e a inclusão?
- Até que ponto tenho contribuído para mudar o cenário nacional face à promoção de estratégias para combater o racismo, à intolerância, à discriminação e o preconceito, praticados por determinados grupos sociais que se utilizam da violência física, simbólica e verbal para manutenção do poder?
- A Biblioteconomia e a Educação me possibilitam a prática de ações solidárias com vistas ao desenvolvimento das pessoas?

Enfatizamos que o diálogo entre a Biblioteconomia e outros campos de ensino, amplia a possibilidade de remoção de práticas enraizadas em discursos discriminatórios, favorecendo a construção de uma atuação profissional empática e acolhedora das diferenças.

Percebemos que a inclusão de pressupostos teóricos que revelem aspectos sócio-históricos condicionantes de grupos em vulnerabilidade social, propiciam uma formação pedagógica culturalmente relevante, delineando caminhos para o fortalecimento de um ensino transversal e intercultural, enfatizando aspectos sociopolíticos a serem abordados de modo interdisciplinar, o que reverbera numa práxis humanizadora, em prol da justiça informacional e social.

Assim, finalizamos citando a Declaração de Direitos da Biblioteca da American Library Association (ALA, 2019, tradução nossa) ao preconizar que os:

I. Livros e outros recursos da biblioteca devem ser fornecidos para o interesse, informação e esclarecimento de todas as pessoas da comunidade a que a biblioteca serve. Os materiais não devem ser excluídos por causa da origem, histórico ou visões daqueles que contribuíram para sua criação.

II. As bibliotecas devem fornecer materiais e informações apresentando todos os pontos de vista sobre questões atuais e históricas. Os materiais não devem ser proscritos ou removidos por desaprovação partidária ou doutrinária.

III. As bibliotecas devem desafiar a censura no cumprimento de sua responsabilidade de fornecer informação e esclarecimento.

IV. As bibliotecas devem cooperar com todas as pessoas e grupos interessados em resistir ao cerceamento da liberdade de expressão e livre acesso às ideias.

V. O direito de uma pessoa de usar uma biblioteca não deve ser negado ou restringido por causa de origem, idade, histórico ou pontos de vista.

VI. As bibliotecas que disponibilizam espaços expositivos e salas de reunião ao público a que atendem devem disponibilizá-los de forma equitativa, independentemente das crenças ou afiliações de indivíduos ou grupos que solicitem seu uso.

Para defender a Declaração de Direitos da Biblioteca e servir a toda a comunidade, órgãos governamentais, administradores e funcionários das bibliotecas devem adotar equidade, diversidade e inclusão.

Tal afirmativa emerge a indagação, sobre o que estamos fazendo pela Biblioteconomia brasileira e o que poderíamos ter feito? Como temos realizado nossas práticas profissionais, acadêmicas e sociais durante o processo de nossa formação enquanto sujeitos de nossa profissão? Em que medida nossas práticas e atuação têm contribuído para a formação do cidadão e a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática? Até que ponto de nossas vidas conseguimos fazer intervenções na sociedade de maneira a dirimir as desigualdades?

Precisamos trabalhar cada vez mais na perspectiva crítica, multi e pluricultural com vistas à visibilidade das minorias e viabilizar que grupos de pessoas em vulnerabilidade

social, econômica e cultural, possam utilizar suas vozes, a fim de, evitar a reprodução de silenciamentos latentes em muitas unidades de informação.

É dever profissional de arquivistas, profissionais de Biblioteconomia e educadores, enquanto agentes da informação, assumir a responsabilidade social inerente às áreas da Arquivologia, Biblioteconomia, Educação e Ciência da Informação. Essa responsabilidade implica a criação e promoção de ambientes inclusivos que atendam às diversas necessidades da sociedade.

A Biblioteconomia, em suas diversas dimensões, tem se configurado como verdadeiros laboratórios de vivência e sobrevivência. Aliada à criatividade, essa prática potencializa e fortalece nossa atuação profissional, fundamentada em sólidos conhecimentos teórico-metodológicos. Esse arcabouço teórico permite a busca por soluções viáveis para os problemas que afligem a sociedade brasileira, promovendo a reflexão crítica e a inovação no campo da informação.

A responsabilidade social da Biblioteconomia, exercida por seus profissionais, reside na promoção da leitura, na democratização e no acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, assegurando que esses recursos estejam disponíveis a todas as pessoas, independentemente de gênero, pertencimento étnico-racial, idade, classe social, profissão, religião, nacionalidade, língua e cultura. O pleno exercício da profissão fundamenta-se no respeito ao próximo, na empatia, na alteridade, na pluralidade de pensamento, na diversidade e na dignidade da pessoa humana. Assim, somos responsáveis pela preservação dos registros do conhecimento humano, assegurando sua transmissão de geração em geração e de sociedade para sociedade.

É fundamental que toda pessoa tenha o direito à informação, livre de censura, para que possa se desenvolver plena e

integralmente, adquirindo a competência necessária para discernir quais informações confiáveis são essenciais para sua vida e para seu desenvolvimento intelectual, social, econômico e cultural. Dessa forma, acreditamos que contribuímos para o desenvolvimento das pessoas e para a redução das desigualdades em nome da democracia, promovendo mudanças significativas em nossa consciência social e política.

## 6.1 Referências

---

- American Library Association. (2020). Equity, Diversity, Inclusion: An Interpretation of the Library Bill of Rights. Advocacy, Legislation & Issues.  
<https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill/interpretations/EDI>
- American Library Association. (2019). The Library Bill of Rights and Freedom to Read Statement. About ALA & Our Mission.  
<https://www.ala.org/aboutala/offices/oif/LBOR-FTR-statement-pamphlet>
- Baptista, M. M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement, nº spécial, 451-461.  
<https://doi.org/10.4000/carnets.3162>
- Bento, C. (2022). O pacto da branquitude. Companhia das Letras.
- Brasil (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)
- Brasil (2012). Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Ministério da Educação. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista estudos feministas, 10, 171-188.
- Durkheim, É. (1974). Sociology and Philosophy. Peristiany.
- Fricker, M. (2018). *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford university press.

- Garcês-da-Silva, F. C. (2023). Biblioteconomia negra: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial. Malê.
- Hall, S. (2006). A identidade cultural na pós-modernidade (11ª ed.). DP&A.
- Hooks, B. (2020a). Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Martins Fontes.
- Hooks, B. (2020b). Ensinando o pensamento crítico: teoria e prática. Elefante.
- Lorde, A. (2020). Irmã Outsider: ensaios e conferências. Autêntica.
- Martins, M. L. (2010). O Cultural Studies no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Caminhos nas ciências sociais: memória, mudança social e razão. Repositório Universidade do Minho.  
[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25339/1/os\\_cultural\\_studies.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25339/1/os_cultural_studies.pdf)
- Mathiesen, K. (2015). Informational justice: A conceptual framework for social justice in library and information services. *Library trends*, 64(2), 198-225.
- Organização das Nações Unidas. (2015). Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.  
<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>
- Romeiro, N. L., Martins, C. W. & Santos, B. A. dos (Orgs). (2019). Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Nyota.
- Romeiro, N. L., & Silveira, F. J. N. da (2024). Justiça informacional, questões de gênero e interseccionalidades: um caminho para a emancipação social. XXIV Encontro Nacional De Pesquisa E Pós-Graduação Em Ciência Da Informação.